Entrevista: Dinasalda Santana de Ceita

DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2844



Entrevista realizada em 4 de janeiro de 2022,
por Rosemberg Ferracini

Nesta entrevista, realizada pelo professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro Rosemberg Ferracini em 4 de janeiro de 2022, a geógrafa pesquisadora são-tomense Dinasalda de Ceita discute sobre suas principais pesquisas e temáticas de trabalho. Nascida em São Tomé e Príncipe, estudou em Moçambique e atualmente desenvolve seu doutorado em Portugal, investigando temáticas relacionadas à população, ao desenvolvimento e às mudanças climáticas.

14H NO GOLFO DA GUINÉ DO DIA 04 DE JANEIRO DE 2022

Antes de iniciar nossa roda de conversa, gostaríamos de registrar que esse diálogo aconteceu com o interesse de ambas as partes no país insular. Após cafés e algumas palavras a respeito do ensino de geografia e as temáticas da irmandade africana, buscamos sistematizar e registrar partes do rico aprendizado. Passados alguns meses, as modestas palavras foram sistematizadas em formato das normas acadêmicas ao Boletim Campineiro. Contundo, lembramos que as linhas que se seguem estão alinhadas de texto e contexto entre professora-aluno-professor, no exercício de divulgar aos interessados pelo tema da agricultura e clima para além do Brasil. Nossa tentativa é de alcançar os colegas das demais universidades trazendo alguns pontos relativos aos efeitos das mudanças climáticas internas e externas das fronteiras tomenses.

ROSEMBERG FERRACINI: Professora Dina, é um prazer conversar com vossa senhoria, obrigado pela oportunidade. Para iniciar, pergunto a respeito de vossas das pesquisas no momento referente aos impactos das alterações climáticas em São Tomé e Príncipe.

DINASALDA DE CEITA: No momento estou direcionando minhas preocupações com as alterações climáticas, juntamente com as evidências científicas e dos seus riscos. Tal preocupação apresenta desafios particulares para os países em desenvolvimento, como é o caso de São Tomé e Príncipe, que precisará de adotar medidas de mitigação onerosas, mesmo quando se luta para se adaptar a esses efeitos climáticos.

Tenho pensado principalmente aos agricultores. Minhas pesquisas qualitativas têm os considerados como uma poderosa fonte de informações uma vez que permite descrever os processos com os quais os fenômenos ocorrem e ao mesmo tempo estabelecer relações entre os mesmos.

Esta tem sido minha primeira etapa da pesquisa, centrada essencialmente na recolha e análise da literatura existente sobre o tema. Entre os principais documentos consultados estão os relatórios do IPCC de forma a obter um panorama geral do problema, e sobre os impactos das Alterações climáticas na agricultura em São Tomé e Príncipe.

Estou analisando os instrumentos de políticas públicas os planos nacionais de adaptação (NAPA), as comunicações nacionais para as mudanças climáticas (SCN, TCN), os projetos nacionais de mitigação e adaptação as alterações climáticas, as políticas nacionais de ambiente, desenvolvimento sustentável e alterações climáticas, os programas governamentais, as agendas nacionais, e os planos estratégicos do país, assim como os artigos escritos por outros pesquisadores sobre a temática em questão.

Da mesma forma estou utilizando igualmente os instrumentos para recolha de dados que tais como questionário, entrevistas semiestruturadas e a proposta de temas para serem discutidos pelos grupos focais.

A parte inicial deste processo de pesquisa estou me dedicando à revisão da documentação, que resulte na produção de uma análise bibliográfica e documental que permita maximizar a compreensão dos aspetos a priorizar durante a recolha de dados.

Meu objetivo também tem sido o de compreender a evolução das diferentes fases de implementação das políticas públicas e agrária, de gestão das áreas agrícolas de produção, dos níveis de produção, das políticas públicas nacionais, bem como avaliar as das estratégias de integração, implementação, das políticas públicas, que visavam o bem-estar socioeconômico, ambiental e sustentável de São Tomé e Príncipe.

As hipóteses que tenho tem me permitido a constatar que existem muitas informações ao nível global sobre os impactos das alterações climáticas na agricultura, embora poucos pesquisadores se debruçam sobre as questões relativas ao gênero.

Por outro lado, em conversas com demais investigadores, venho percebendo que ao nível de São Tomé e Príncipe não existe um estudo específico local, que tenha analisado os impactos das alterações climáticas na agricultura, apesar de tratar-se de um estado insular com uma geomorfologia bastante acidentadas e caracterizada por uma multiplicidade de microclimas, que têm influências diretas na produção agrícola.

RF: Professora Dina é possível perceber como as alterações climáticas afetam ou influenciam a agricultura no sistema agrário de São Tomé?

DINASALDA DE CEITA: Veja, sendo São Tomé e Príncipe, um Estado insular, este enfrenta uma dupla vulnerabilidade, as relacionadas com a pobreza, e as resultantes das as alterações climáticas; como tal, é necessária uma transformação tanto para adaptação, como para a sustentabilidade. Estes por sua vez não podem ser dissociados.

Apesar de todos os projetos de adaptação financiados pelas agências mundial do ambiente ou de combate as alterações climáticas, dissociarem estas duas intervenções. Existem porém alguns estudos que já evidenciam de que não é possível promover um desenvolvimento sustentável, sem uma ação firme e inovadora no combate às alterações climáticas e não se pode responder às alterações climáticas sem ter em conta os desafios multidimensionais do desenvolvimento, no plano global, nacional e local.

RF: No que diz respeito ao clima e agricultura, quais tem sido sua problemática? Perguntas a serem respondidas para esse trabalho?

DINASALDA DE CEITA: Veja professor, penso que dada a vulnerabilidade preexistente em países em vias de desenvolvimento como São Tomé e Príncipe, relacionadas à exposição devida à localização geográfica, grau de dependência da economia das atividades agrícolas e a baixa capacidade de adaptação condicionadas por aspetos sociais, econômicos, institucionais, culturais e políticos.

Da mesma, forma é difícil identificar as consequências das alterações climáticas isoladamente uma vez que a magnitude dos impactos causados pelas alterações climáticas e a infinidade das vias pelos quais podem afetar a vida e o bem-estar de qualquer indivíduo ou nação torna-se quase impossível a separação entre adaptação e o desenvolvimento.

Veja, meu objetivo central do trabalho tem sido pensar os efeitos e consequências das Alterações Climáticas em São Tomé e Príncipe, no setor agrícola. Nesse conjunto buscar perceber em que medida as alterações climáticas vão afetar ou influenciar a agricultura (estudar a agricultura e sua evolução no país, o sistema agrário do país, quem pratica, qual o seu contributo na economia e na família, o seu papel na estabilidade socioeconômica do país, e como as alterações climáticas estão a afetar essa atividade).

Como parte do componente qualitativo, venho realizando entrevistas semiestruturadas com diversos parceiros (governamentais e não governamentais). Alguns deles relevantes a nível distrital e membros das comunidades. Com base nas respostas semiestruturadas, venho Desenvolvendo um diálogo com os representantes dos principais agentes decisões e financiadores no país. Meu objetivo é trabalhar tais conhecimentos, bem como, os principais relatórios e documentos fundamentais ao trabalho que estejam relacionados com o tema.

RF: Dina, quais a relações para pensarmos a respeito da economia na vida familiar socioeconômica de São Tomé a partir das alterações climáticas?

DINASALDA DE CEITA: Colega Rosemberg, parto da premissa que uma vez que o desenvolvimento se preocupa com a conquista de uma vida melhor, o foco da análise do desenvolvimento deve incluir o modo de e promover uma qualidade de vida satisfatória a todos os níveis. Isso incorpora, é claro, a duração da própria vida, e assim, os dados sobre a expectativa de vida têm uma relação imediata com o padrão de vida e com o conceito de desenvolvimento. A interligação entre as estratégias de desenvolvimento e as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas permite gerar benefícios mútuos, para todos.

Professor Rosemberg, sabemos que as políticas globais de combate às alterações climáticas e de desenvolvimento evoluíram durante muito tempo por caminhos paralelos (Friso)!!!!

Pensemos, atualmente, os objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima e os da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, apoiam-se mutuamente, pelo que a sua prossecução deve ser realizada de forma integrada, coordenada e coerente. Quase todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão interligados com as alterações climáticas. Neste contexto a adaptação também é vista como uma oportunidade para abordar uma ampla gama de questões de justiça social mais abrangentes. Cada vez mais, a ideia de construir sistemas adaptativos e a capacidade de desenvolver comunidades mais justas é comum, aos grupos de justiça ambiental envolvidos em questões climáticas.

Nesta minha visão crítica, a resiliência é vista como uma insistência em simplesmente ajustar para uma nova realidade de vulnerabilidade, uma mudança de um foco em desenvolvimento como conceito de redução da pobreza para uma construção de capacidade adaptativa.

Uma abordagem de justiça à adaptação, pelo contrário, mantém o foco na construção de capacidade adaptativa, aliviando pobreza, conduzindo à redução da vulnerabilidade.

Vários autores afirmam que existem claras sinergias entre adaptação e desenvolvimento, o que dificulta não apenas a separação entre as duas formas assistenciais, mas também corre o risco de duplicação de esforços quando separados e por conseguinte má alocação de fundos.

O que não há dúvida é que tornar o desenvolvimento consonante com o clima é perfeitamente sensato e constitui igualmente para a implementação de boas práticas de sustentabilidade, requerem, que qualquer projeto de desenvolvimento deve integrar uma visão de longo prazo (50 a 100 anos). Portanto para uma adaptação bem-sucedida penso ser necessário haver integração das questões sociais e ambientais, bem como as relacionadas com a justiça social e ambiental.

RF: Professora Dina, com as informações anteriores, podemos afirmar que as alterações climáticas têm impactado diretamente nas atividades agrícolas e nas estruturas socioeconômicas dos agricultores em São Tomé e Príncipe?

DINASALDA DE CEITA: Você sabe que em São Tomé e Príncipe, a agricultura é considerada como um sector chave para o desenvolvimento socioeconômico sustentado por empregar mais de 60% da população ativa, ou seja, é uma importante fonte de emprego ou da atividade econômica para população são-tomense, mas representava apenas 17% do PIB em 2017.

Por exemplo, o cacau é o principal produto de exportação e é produzido nas roças, as grandes explorações agrícolas herdadas dos tempos coloniais. Desde a redistribuição das grandes roças de cacau no início dos anos 90 do sec. XX, a maior parte da produção agrícola tem sido levada a cabo pelos pequenos agricultores.

Contudo, na medida em que o cacau, por si só, não garante a subsistência, muitos destes pequenos agricultores procuram rendimento suplementar nos cultivos de e legumes, frutas, e outras culturas alimentares, para comercialização local e de baunilha e pimenta para exportação.

No entanto, apesar da imensa importância do cacau na economia de São Tomé e Príncipe, dada a pequenez do país, segundo o site da Organização Internacional do Cacau (ICCO), a sua quota de exportação no mercado mundial não ultrapassava os 0,11%, entre 2000 e 200.

Seja como for, o setor agrário em São Tomé e Príncipe é caracterizado por infraestruturas deficientes, serviços públicos de apoio quase inexistentes, e um

reduzido número de agricultores, o que explica a sua fraca produtividade. Relativamente ao setor da pecuária, a situação não é muito diferente, ainda que alguns sinais apontem para que o défice alimentar, em termos de proteína animal, esteja a reduzir-se.

Em suma, com uma agricultura de subsistência bastante frágil e pouco organizada, o país importa uma grande parte do seu consumo alimentar e as Alterações climáticas.

Dessa forma, só estão a contribuir para piorar a situação, como são exemplo, o ritmo acelerado do aumento do nível do mar que já está a causar uma severa degradação e salinização costeira, para além do aumento da incidência de inundações repentinas, eventos climáticos extremos mais intensos e um clima altamente variável com impacto direto na agricultura e outros setores da economia nacional.

Tais impactos podem comprometer as iniciativas de desenvolvimento destinadas a aliviar a pobreza e da sustentabilidade ambiental, social, econômico, cultura e institucional, ou seja, a construção de uma nação mais resiliente e mais sustentável, conforme previsto na Visão 2030 da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

RF: Senhora Dina, até que ponto é possível países em desenvolvimento como São Tomé e Príncipe conseguem distinguir os problemas do desenvolvimento humano, daquelas que são resultantes dos impactos das alterações climáticas ou mesmo a elaboração ou implantação de medida de adaptação e mitigação das alterações climáticas?

DINASALDA DE CEITA: Professor Rosemberg, como você sabe muito bem, mais de 60% da população em São Tomé e Príncipe depende da agricultura. Taxa de produção de principais culturas de comercialização e de exportação tende a decrescer, uma vez que a área de cultivo está a diminuir, como consequência do stress hídrico, stress térmico, umidade relativa alta, da suscetibilidade de propagação de doenças e da incidência de pragas.

As alterações climáticas já têm efeitos visíveis em São Tomé e Príncipe. O ritmo acelerado do aumento do nível do mar já está a causar uma severa degradação e salinização costeira, bem como, o aumento da incidência de inundações repentinas, verificando-se, igualmente, a ocorrência de eventos climáticos extremos mais intensos e uma maior variabilidade do clima, com impacto direto na agricultura e em outros sectores da economia nacional. Segundo o Plano de Ação Nacional de Adaptação são vários os fenômenos que concorrem para a vulnerabilidade climática em São Tomé e Príncipe, salientando-se os seguintes.

Veja o mesmo pode-se dizer do aumento global da temperatura devido à ação antrópica e à emissão dos gases de efeito de estufa; Diminuição da pluviosidade e consequente diminuição dos caudais dos rios e das nascentes; Derrocadas devido a chuvas torrenciais, nomeadamente nas encostas das montanhas; entre outros....e outros que não vou me alongar aqui.

Vamos lembrar que São Tomé e Príncipe ratificou a Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNECCC), desde a Conferência na "Rio 92".

Como resultado foi desse ato, tivemos a criação em nosso país da Lei de Base do Ambiente Lei Nº 10/1999, que define as bases da política de ambiente para o desenvolvimento sustentável da República Democrática de São Tomé e Príncipe que estabeleceu os princípios que a orientam, no quadro da Constituição Política.

RF: Professora, voltando na fala anterior, qual a relação entre o impacto nas condições de vida das populações e as metas de desenvolvimento nacional? SE ME permite, podemos afirmar que as implicações e alterações climáticas afetam a produção agrícola de São Tomé?

DINASALDA DE CEITA: Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, já hoje se sentem alguns destes efeitos, nomeadamente o aumento da temperatura média; a mudança nos padrões de chuva e da temperatura; a escassez crescente de água potável; a frequência e a maior intensidade de eventos extremos; o aumento do nível do mar e a salinização de águas e solos. Estas perturbações nos ecossistemas já implicam, e implicarão ainda mais, impactos importantes na agricultura, silvicultura e pesca e, por conseguinte, nas condições de vida de populações que já antes delas se encontravam fragilizadas.

São Tomé e Príncipe é um exemplo de um arquipélago que tem sofrido da injustiça climática, na medida em que o país apesar de não ser emissor de gases de efeito estufa (GEE). Fato é que graças ao seu baixo desenvolvimento e às suas florestas que conservam uma certa capacidade de sequestração de carbono, tem passado recentemente por período cada vez mais longo de seca, que chegam a atingir quatro meses contrariando os três meses que caracterizavam este período, por uma tendência de subida da temperatura que tem impacto direto na agricultura.

Os dados encontrados até agora me permitem sinalizar algumas ameaças já em curso, como a diminuição da produção: as áreas de cultivo existentes poderão ser reduzidas devido à mudança das condições edafoclimáticas.

São muitos os impactos, que temos o aumento da incidência de pragas, a do rendimento das culturas; a alteração físico-química do solo: já temos alterações negativas na dinâmica da matéria orgânica nos solos, com menor eficácia na mobilização dos elementos químicos no solo e a perda de nutrientes do horizonte superficial e demais fatores.

RF: Professora, diante das perturbações nos ecossistemas e a mudança nos padrões de chuva e da temperatura, quais são os principais desafios para os agricultores e o governo no que diz respeito as alterações climáticas em São Tomé e Príncipe?

DINASALDA DE CEITA: Veja Rosemberg, sabemos que os países em desenvolvimento como é o caso de São Tomé e Príncipe são os que mais sofrem com as consequências dos fenômenos das alterações climáticas, que por sua vez apresenta baixa capacidade de reação aos eventos climáticos extremos.

As populações rurais particularmente os que dependem da agricultura são os que mais sofrem em consequências das alterações climáticas, com efeitos profundos, interdependentes e transversais às várias dimensões do desenvolvimento: econômica, social e ambiental. São Tomé e Príncipe é um país em desenvolvimento, como tal enfrenta grandes desafios, tanto em termos dos impactos das alterações climáticas como na capacidade de resposta a este fenômeno, estando sujeito a dupla vulnerabilidade tanto climática como socioeconômico "pobreza".

Os desafios podem ser colocados em dois grandes níveis, o primeiro desafio está ao nível das comunidades, porque São Tomé e Príncipe é um país com muitos problemas estruturais de desenvolvimento humano.

Portando quando se chega às comunidades rurais, encontra-se todo o tipo de problemas sociais básicos, como escassez de água potável, a falta de escola básica próxima à comunidade, em muitas delas não existem habitações condignas e falta saneamento. E todos esses problemas básicos interferem quando chegamos na comunidade para falar de adaptação às alterações climáticas, uma vez que querem ver primeiramente atendido e satisfeitas as suas necessidades.

Minha preocupação central com o tema é dada pela localização geográfica das ilhas de São Tomé e Príncipe. Associado a isto a sua suscetibilidade geofísica, geomorfológica, digo que tende a impactar diretamente em contexto socioeconômico, cultural e ambiental preexistente, entender essas dinâmicas de formas separadas, no âmbito de adaptação e mitigação a alteração climática e políticas de desenvolvimento sustentado poderá não sortir os efeitos desejados.

Assim, neste contexto é crucial que as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas estejam interligadas com as estratégias de desenvolvimento, respondendo deste modo ao cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que por sua vez estão igualmente todos interligados.

RF: Professora, retomo a problemática anterior, é possível avaliar as implicações das alterações climáticas na produção agrícola no país, tendo em conta as condições de vida das populações? De que forma?

DINASALDA DE CEITA: Professor, um aspeto frequentemente negligenciado na ação climática é a igualdade de gênero, embora tenha grandes implicações para a ligação entre clima e desenvolvimento. Sabe-se que o impacto das alterações climáticas é

diferenciado, pois as mulheres tendem a ser mais atingidas pelos desastres naturais e fenômenos meteorológicos extremos, bem como pela degradação ambiental que afeta os seus meios de subsistência, particularmente nos países mais pobres como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Com efeito, 70% da população mundial mais empobrecida são mulheres e se estas realizam cerca de 2/3 de todo o trabalho efetuado, apenas detêm menos de 1% da totalidade dos bens existentes, sendo-lhes negado frequentemente o acesso e controlo em matéria de recursos, tecnológicos, direitos fundiários, sistemas de crédito e poder de decisão.

As mulheres serão impactadas mais que os homens pela degradação ambiental, particularmente nas áreas com maior dependência dos meios de subsistência agrícolas que ao mesmo tempo contribuem para uma maior vulnerabilidade de mulheres e famílias chefiadas por mulheres através de restrições e acesso a recursos produtivos. Assim, a sua capacidade de resposta está agravada pelas desigualdades, nomeadamente, pelo facto de enfrentarem barreiras sociais, econômicas e políticas que se avolumam nos países em desenvolvimento.

Veja, tais fatos tão mais importantes tanto é o papel fundamental desempenhado pelas mulheres nas famílias, tornando-as agentes cruciais de mudança social. Uma vez que, nestes contextos geográficos, são elas que quase invariavelmente trabalham a terra e gerem o fornecimento de água e energia, o seu empoderamento é decisivo para o sucesso de estratégias de mitigação e de adaptação climática nas suas comunidades. Importaria, por isso, que tais impactos diferenciados fossem devidamente tidos em conta na legislação e nas decisões políticas destes países, de forma a promover-se efetivamente o envolvimento das mulheres nos processos de tomada de decisão que mais as afetam.

Embora as mulheres contribuam com 75% da produção doméstica de alimentos e sejam responsáveis por mais de 90% do processamento e produção de alimentos, são elas que exibem menor capacidade adaptativa e, por conseguinte, menor capacidade para enfrentar os desafios sempre crescentes.

RF: Professora Dina, para terminar fique livre para fazer demais registros aos estudiosos do clima.

DINASALDA DE CEITA: Professor, agradeço a possibilidade da conversa chegar ao Brasil. Espero que minhas reflexões em torno dos conceitos aqui apresentados tragam discussões de natureza da complexidade geográfica, socioeconômica e cultura para a população de São Tomé e Príncipe!!!! Meu povo.

Professor, estes fenômenos são já sentidos um pouco por todo o mundo, apresentam os piores cenários em África. Grandes tendências positivas e negativas vêm moldando a agricultura africana: a população, a insegurança alimentar e a pobreza estão crescendo, enquanto a base de recursos naturais está sob severa ameaça de degradação.

Isso é agravado pela mudança climática, que está prevista para ter alguns de seus impactos mais graves em algumas regiões deste continente. Como resultado, verifica-se um aumento da vulnerabilidade doméstica, enquanto o acesso à tecnologia, mercados e insumos continua a ser muito limitado.

A visão agora amplamente partilhada é a de que melhorar a agricultura, particularmente a realizada pelos pequenos agricultores, sendo fundamental para superar o problema da pobreza da África. A semelhança de São Tomé e Príncipe a agricultura é um setor importante que emprega maioria da população, por sua vez é uma atividade econômica inteiramente dependente das condições meteorológicas. O clima e a sua variabilidade são os principais fatores de risco para a agricultura. Daí que se esperem consequências econômicas e sociais importantes.

Veja, estes projetos, enquanto focados na adaptação não vão apenas de encontro aos problemas meramente causadas por efeitos das alterações climáticas e focam-se principalmente, na resolução dos problemas, como a construção de barreiras, a reflorestação, a construção de tanques de água para captura da chuva.

Fato é que a maioria dos pobres em África são rurais, e a maioria depende principalmente da agricultura para sua subsistência. A visão agora com você e os colegas do Brasil, possam ser amplamente partilhados é que possa melhorar a agricultura, particularmente a realizada pelos pequenos agricultores, sendo fundamental para superar o problema da pobreza da África.

Agradeço a conversa e nos vemos em breve, volte a São Tomé!

★ ★ ★

Sobre a entrevistada

DINASALDA SANTANA DE CEITA nasceu em São Tomé e Príncipe, aos 20 anos com um grupo de jovens da ilha, foi para universidade em Moçambique, onde viveu durante 15 anos. Atualmente está em Portugal sendo doutoranda em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas– NOVA FCSH. É Geógrafa e pesquisadora no tema da População e Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Foi coordenadora nacional por 4 anos através do PNUD e Ministério de Agricultura, São Tomé e Príncipe do projeto "Reforço das capacidades das comunidades rurais para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe" financiado pelo Fundo Global para o Ambiente. Tem como suas principais investigações as Migração e Gênero, Mudança Climática, Agricultura e Adolescentes e HIV.

Sobre o entrevistador

ROSEMBERG FERRACINI é doutor em Geografia Humana USP, professor na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Ensino e integra o Laboratório de Educação Geográfica – LABEDUC, sendo professor de Geografia da África e Estudos Étnicos-Raciais.